



## MUDANÇAS CLIMÁTICAS

# Lula defende uma governança global

Presidente diz que se qualquer medida em benefício do planeta tiver de ser votada pelos parlamentos dos países, “significa que ninguém vai cumprir”. O chefe do Planalto critica lideranças políticas mundiais por descumprirem acordos para o clima

» LUANA PATRIOLINO  
» INGRID SOARES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, ontem, que o mundo precisa de uma governança global para cuidar das questões climáticas. O chefe do Executivo sugeriu a abertura de um fundo permanente voltado à promoção da sustentabilidade, com autonomia para tomar decisões sem passar pelos parlamentos dos países. As declarações foram dadas a jornalistas em Doha, no Catar, antes de o petista embarcar para Dubai, onde participará, hoje, da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP28).

“Estamos propondo a criação de um fundo permanente. Para você manter o planeta habitável e todo mundo vivendo confortavelmente bem não é apenas dar ajuda para não desmatar. É fazer com que se mantenha assim para sempre e que se tente reflorestar aqueles lugares em que não se têm mais florestas”, disse. “No caso do Brasil, nós temos mais de 40 milhões de hectares de terras degradadas e que poderemos recuperar. Não apenas para plantar comida, mas para poder reflorestar com aquela madeira que a gente quiser.”

Lula destacou que o Brasil tem “um vasto programa de investimentos em energia verde renovável”. “Estamos com vasto programa em recuperação dessas terras degradadas, e acho que a discussão que vai se dar na COP ainda não vai ser decisiva, mas acho que vamos ter de mudar o jogo para que as pessoas aprendam



**Acho que a discussão que vai se dar na COP ainda não vai ser decisiva, mas acho que vamos ter de mudar o jogo para que as pessoas aprendam que o planeta está avisando, ele não está brincando”**

**Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República**

que o planeta está avisando, ele não está brincando”, ressaltou.

O chefe do Planalto foi questionado se acredita que os países ricos finalmente vão liberar os US\$ 100 bilhões anuais para compensar perdas climáticas em nações menos desenvolvidas, seguindo o Acordo de Paris. “Precisamos ter uma governança global para ajudar a cuidar do planeta. Se você toma uma decisão qualquer em benefício do mundo e ela tiver de ser votada internamente pelo seu congresso nacional, significa que ninguém vai cumprir”, enfatizou.

Ele ainda criticou lideranças políticas mundiais pelo descumprimento de acordos para o clima. “Até hoje, os Estados Unidos não cumpriram o protocolo de Kyoto. O Acordo de Paris não

Ricardo Stuckert / PR



O presidente Lula na chegada a Dubai, onde começa a participar, hoje, da COP28: agenda cheia

foi cumprido em quase lugar nenhum do mundo. Se os governantes democratas querem continuar sendo acreditados pelo povo, é preciso que a gente comece a fazer as coisas que as pessoas estão achando que nós devemos fazer”, ressaltou.

Em dois dias na COP28, Lula participará de ao menos 26 agendas. Hoje, há 16 encontros programados. Entre os destaques, estão reunião com o presidente

de Israel, Isaac Herzog, em que deve ser tratada também a guerra com o Hamas; com o secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres; com o premiê da Espanha, Pedro Sánchez; e com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

Para além da COP28, a expectativa do encontro entre Lula, Von der Leyen e Sánchez é de conclusão das negociações para o acordo

entre Mercosul e União Europeia. O petista deseja finalizar o acordo até o dia 7, quando chega ao fim a presidência rotativa do Brasil no bloco e antes da posse do novo presidente argentino, Javier Milei, marcada para o dia 10 — ele já se manifestou a favor da saída da Argentina do bloco, o que dificultaria a negociação.

**Leia mais sobre a COP28 na página 12**

## País assume direção do G20

O Brasil assume, hoje, a presidência temporária do G20 — que reúne as 19 principais economias do mundo, a União Europeia e, a partir deste ano, também a União Africana. Será a primeira vez que o país ocupa essa posição na história do grupo no formato atual. O mandato brasileiro tem a duração de um ano.

Ao longo dos próximos meses, o Brasil ficará responsável por organizar encontros temáticos e setoriais entre os países do grupo. O material será reunido e debatido na 19ª Cúpula do G20, marcada para 18 e 19 de novembro de 2024, no Rio de Janeiro. O lema da presidência brasileira será “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável”.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse, na semana, que o evento é mais importante, do ponto de vista político, “do que uma Copa do Mundo” e que terá como uma das prioridades a transição energética.

Os três principais eixos da presidência brasileira do G20 serão pautados pelo combate à fome, à pobreza e à desigualdade; as três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental); e a reforma da governança global.

Hoje, em Brasília, será feita uma projeção no Museu da República com as principais mensagens da presidência brasileira do G20. (IS)

## NAS ENTRELINHAS



**Por Luiz Carlos Azedo**  
luizazedo.df@dabr.com.br

# O mensageiro de Dario da Pérsia e a decisão do Supremo

Quando Dario III, rei da Pérsia, soube que seu exército havia sido derrotado por Alexandre da Macedônia, com raiva, mandou matar o mensageiro. Executou Charidemos por não ter gostado das notícias. Além de narrar a derrota para o governante, o embaixador ousou dizer que a culpa pelo desastre diante de Alexandre Magno passava por erros estratégicos do último Aquemênida. Dario III teve um reinado turbulento, seu grande império em decadência entrou em colapso no seu reinado. De nada adiantou matar o mensageiro.

Jornalistas são como mensageiros de Dario III, vivem sob risco permanente entre os poderosos. Todo dia é um recomeço, por maior que seja o prestígio profissional; sempre se pode cometer um erro involuntário; certas fontes mentem ou falam o que não deve e se arrependem. Conversas em off, inclusive com ministros do Supremo Tribunal Federal, são pura nitroglicerina, porque podem ser desmentidas quando divulgadas e virar um processo, no mínimo uma grande aporrinhão, mesmo quando a sentença é favorável.

Em 1985, fui processado por calúnia e difamação pelo herdeiro de uma famosa fábrica de fechaduras e cadeados, por ter noticiado que o jovem havia exibido as nádegas para o piquete de operários postado à porta da empresa, durante uma greve, na coluna “Doa a quem doer”, que escrevia aos domingos no antigo Diário Popular, de São Paulo, o rei

das bancas. A informação me foi passada na hora do fechamento pelo sindicalista João Carlos Gonçalves Juruna, então diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

O chargista do jornal fez uma ilustração muito engraçada, para uma nota de cinco linhas, intitulada Coração valente, por causa do filme, então em cartaz, que influenciou o gesto juvenil do jovem patrão. No julgamento, o juiz fez uma proposta de conciliação: trocar a indenização do reclamante por uma retratação. Não aceitei a proposta e fui questionado: “Por que o réu não aceita?”. Respondi de pronto: “Meritíssimo, tenho um compromisso com a verdade”. O juiz ficou vermelho e irritado, teria que dar prosseguimento às oitivas das testemunhas. Meia dúzia de operários tremiam de medo, mas confirmaram tudo.

Entretanto, eu havia cometido um erro crasso: na hora do fechamento, não consegui ouvir o outro lado e publiquei a nota assim mesmo. Só fui absolvido porque a verdade estava do meu lado. O episódio faz parte da vida banal dos jornalistas, numa situação que nem se compara às grandes coberturas de escândalos e crises políticas, muitas vezes provocados por uma entrevista bombástica, como foi a de Pedro Collor contra seu irmão presidente da República, Fernando Collor de Mello, que acabou renunciando ao mandato para não sofrer um impeachment.

## RESPONSABILIZAR OS VEÍCULOS E, CONSEQUENTEMENTE, OS SEUS JORNALISTAS POR EVENTUAIS MENTIRAS DE ENTREVISTADOS DEVE SER UM FATO INÉDITO NAS DEMOCRACIAS, MAS CORRIQUEIRO NAS AUTOCRACIAS

Principalmente quando se faz coluna de notas, “o outro lado” acaba ficando para o dia seguinte, porque jornalista não briga com a notícia, e o tempo ruge. Vive-se o risco.

### Repercussão geral

Tudo pode mudar, porém, com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) desta quarta-feira, que fixou a tese que possibilita a responsabilização de veículos de imprensa pela publicação de entrevistas que imputem de forma falsa crimes a terceiros: “A plena proteção constitucional à liberdade de imprensa é consagrada pelo binômio liberdade com responsabilidade, vedada qualquer espécie de censura prévia, porém admitindo a possibilidade posterior de análise e responsabilização, inclusive com remoção de conteúdo, por informações comprovadamente

injuriosas, difamantes, caluniosas, mentirosas, e em relação a eventuais danos materiais e morais”, diz o acórdão de repercussão geral.

O texto ressalva que a responsabilização só se dará em casos em que há “indícios concretos de falsidade” ou em que o veículo não observou o “dever de cuidado” na verificação dos fatos. A tese foi elaborada no âmbito do julgamento de recurso extraordinário de um pedido de indenização do ex-deputado Ricardo Zarattini Filho contra o Diário de Pernambuco, por uma entrevista publicada em 1995, em que o entrevistado acusava o político de ter participado de um atentado a bomba no Aeroporto de Guararapes, em Recife, durante a ditadura militar.

Em 25 de julho de 1966, uma bomba explodiu em pleno Aeroporto dos Guararapes e tirou a vida de duas pessoas, ferindo outras 14. Em 1968, mesmo sem

ninguém assumir a culpa pelo atentado, duas pessoas foram acusadas pelo Departamento de Ordem e Política Social (Dops) como os autores do crime, o professor e engenheiro Edinaldo Miranda e o ex-deputado federal Ricardo Zarattini, então militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), que sequer foi considerado réu no processo. Edinaldo foi condenado pela Justiça Militar e, depois, inocentado pela Comissão da Verdade. O episódio segue sem elucidação, com autores não identificados, cinco décadas depois.

Em decisão de agosto deste ano, o plenário virtual do Supremo havia mantido a condenação do veículo, mas não decidira se a tese seria válida para outros casos parecidos. Agora, tem repercussão geral e será adotada nos 119 casos que estão para ser julgados no momento, além de outros que deverão surgir às pencas, sempre que alguém se sentir prejudicado por uma entrevista.

Todas as associações de profissionais de imprensa advertem que a tese do STF poderia gerar “graves impactos negativos — e quem sabe irreversíveis — no cotidiano das redações e no direito de toda a população a ter acesso à informação”.

Responsabilizar os veículos e, consequentemente, os seus jornalistas por eventuais mentiras de entrevistados deve ser um fato inédito nas democracias representativas, mas corriqueiro nos regimes autocráticos.